

Diário do Legislativo de 22/08/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PPS-PSB-PTB-PSC-PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputado Ademir Lucas (PSDB), Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputado Célio Moreira (PSDB) e Deputado Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputado Ruy Muniz

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Gilberto Abramo

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PV:

Líder: Deputado Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder: Deputado Rômulo Veneroso

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP) e Deputado Paulo Cesar (PDT)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio (PSDB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min.

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento
Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BSD Presidente
Brandão

Deputado Dimas PP Vice-Presidente
Fabiano

Deputado Antônio BSD
Genaro

Deputada Maria DEM
Lúcia Mendonça

Deputada Rosângela PV
Reis

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio PV Presidente
Malheiros

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente

Pimenta

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Vanderley PP
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
Andrada de

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Filho Patrús

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de
Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús
Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado PP
Vanderlei
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente
Cesar

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado Luiz PMDB
Tadeu Leite

Deputado DEM
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 75ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 22/8/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 104, que altera o art. 2º - A da Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Advocacia - Geral do Estado - AGE - e o art. 69 da Lei Complementar nº 34, de 12/9/94, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.280/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui a Semana do Bombeiro Militar e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 139/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a obrigatoriedade de vigilância nas agências bancárias situadas no Estado durante o período em que ofereçam o serviço de auto-atendimento por meio de caixa eletrônico e dá outras providências. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.221/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Vicente de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 22/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 752/2007, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 955, 956, 957/2007, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 963/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 22/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 22/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 22/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a situação dos trabalhadores e trabalhadoras demitidos pela Fundação Mineira de Educação e Cultura - Fumec.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 22/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.286/2007, do Deputado Tiago Ulisses; 1.311/2007, do Deputado Almir Paraca.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 347/2007, do Deputado Doutor Viana.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 346/2007, do Deputado Doutor Viana; 538/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.295/2007, do Deputado Fábio Avelar; 1.351/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.375/2007, do Deputado Padre João.

Requerimentos nºs 906/2007, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 915/2007, do Deputado Deiró Marra; 950/2007, do Deputado Wander Borges; 976/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: discutir, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 124/2007, que dispõe sobre a alteração das dimensões e limites do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h30min do dia 22/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Mensagem nº 74/2007, do Governador do Estado.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 161/2007, do Deputado Dimas Fabiano; 1.355/2007, do Deputado Mauri Torres.

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 1.287/2007, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Projetos de Lei nºs 1.182/2007, do Governador do Estado; 587/2007, do Deputado Weliton Prado; 465/2007, do Deputado Gustavo Corrêa; 653/2007, do Deputado Célio Moreira; 700/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 829/2007, do Deputado Célio Moreira; 895/2007, do Deputado Delvito Alves; 994/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.249/2007, do Deputado Carlos Mosconi; 1.415/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 22/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 22/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 22/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 259/2007, do Deputado Mauri Torres; 908/2007, do Deputado Célio Moreira; 1.278/2007, do Deputado Ademir Lucas; 1.279/2007, do Deputado Chico Uejo; 1.281/2007, do Deputado Fahim Sawan; 1.291/2007, do Deputado Padre João; 1.294/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.296/2007, do Deputado Getúlio Neiva; 1.302/2007, do Deputado Jayro Lessa; 1.320 e 1.321/2007, do Deputado André Quintão; 1.326/2007, do Deputado Lafayette de Andrada; 1.330/2007, do Deputado Zezé Perrella.

Requerimentos nºs 922/2007, do Deputado Jayro Lessa; 952/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 977 e 979/2007, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16 horas do dia 22/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 931/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 960/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 968/2007, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 22/8/2007, destinadas, ambas, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei Complementar nº 104, que altera o art. 2º - A da Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Advocacia - Geral do Estado - AGE - e o art. 69 da Lei Complementar nº 34, de 12/9/94, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 139/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a obrigatoriedade de vigilância nas agências bancárias situadas no Estado durante o período em que ofereçam o serviço de auto-atendimento por meio de caixa eletrônico e dá outras providências; 1.221/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Vicente de Minas o imóvel que especifica; e 1.280/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui a Semana do Bombeiro Militar e dá outras providências; e à discussão e votação de

pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 21 de agosto de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Saúde, de Administração Pública e de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da Comissão de Saúde; os Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas, André Quintão, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Administração Pública; os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da Comissão de Direitos Humanos, para a reunião a ser realizada em 22/8/2007, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir a situação da Central de Perícias Médicas do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, a qual, segundo levantamento do Conselho Regional de Medicina, funciona contrariando as normas legais, notadamente a Lei nº 6.839, de 1980, e o Decreto nº 20.931, de 1932, além de irregularidades apontadas pela Vigilância Sanitária, oferecendo riscos aos usuários, com a presença dos convidados mencionados na pauta, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2007.

Carlos Mosconi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 17.678

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Dimas Fabiano, Fábio Avelar e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/8/2007, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2007.

Hely Tarquínio, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes (§ 1º do art. 204 do Regimento Interno)

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as Deputadas Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça e Rosângela Reis e os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Bráulio Braz, Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Délio Malheiros, Dimas Fabiano, Durval Ângelo, Elmiro Nascimento, Eros Biondini, Fábio Avelar, Getúlio Neiva, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Hely Tarquínio, Juninho Araújo, Lafayette de Andrada, Luiz Tadeu Leite, Padre João, Paulo Cesar, Ronaldo Magalhães, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Vanderlei Miranda e Weliton Prado, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes (§ 1º do art. 204 do Regimento Interno), para a reunião a ser realizada em 22/8/2007, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.026/2007, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2007.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2007

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Fábio Avelar, Ivair Nogueira e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/8/2007, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2007, do Deputado Doutor Viana e outros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2007.

Fahim Sawan, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.314/2007

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em epígrafe tem por finalidade declarar de utilidade pública o Centro de Reintegração Social Beija-Flor, com sede no Município de Oliveira.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.314/2007 pretende declarar de utilidade pública o Centro de Reintegração Social Beija-Flor, que tem por objetivo prestar assistência social aos alcoólatras e demais dependentes de substâncias psicoativas, buscando sua recuperação e reintegração na família e no mercado de trabalho.

A entidade, em conjunto com outras organizações sociais, atua em defesa da implantação de políticas públicas voltadas para a concretização de seus propósitos estatutários e promove cursos, palestras e seminários voltados para o desenvolvimento de ações produtivas de geração de renda para o segmento que atende.

Em complemento ao seu trabalho, realiza, em parceria com o poder público e a iniciativa privada, ações preventivas junto à comunidade.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.314/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2007.

Hely Tarquínio, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.351/2007

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Usuários das Águas do Ribeirão das Araras em Araguari – Auara –, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.351/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Usuários das Águas do Ribeirão das Araras em Araguari, que tem como finalidade primordial prestar serviços aos moradores da região da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão das Araras, promovendo o planejamento, a execução e o acompanhamento de ações, programas e projetos que assegurem a disponibilidade de água, em padrões de qualidade e quantidade adequados às necessidades das comunidades, assim preservando o ecossistema.

Elabora estudos e pesquisas identificadores de tecnologias apropriadas que possam contribuir com o saneamento, a redução de poluição, a recuperação e conservação do solo e da flora, o controle de erosão, a racionalização do consumo de água e outras iniciativas que propiciem a melhoria da qualidade de vida dos usuários da sub-bacia.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.351/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2007.

Sávio Souza Cruz, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.375/2007

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Regional de Proteção Ambiental do Alto Paraopeba e Vale do Piranga - Arpa -, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Agora, cabe a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.375/2007 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Regional de Proteção Ambiental do Alto Paraopeba e Vale do Piranga, entidade civil e sem fins lucrativos, que tem como objetivos principais desenvolver e apoiar projetos de proteção e recuperação de áreas degradadas ou ameaçadas, além de dotar os órgãos ambientais que atuam em sua área de abrangência da logística necessária para o cumprimento de suas atividades de proteção do meio ambiente.

A entidade promove, ainda, educação ambiental, desenvolvendo campanhas e publicando material sobre serviços e pesquisa científica relacionados com o meio ambiente.

Em virtude da relevância social de seus objetivos, consideramos justo e oportuno lhe seja concedido o pretendido título declaratório de utilidade pública.

Esclareça-se que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por finalidade adequar o nome da instituição ao consignado no art. 1º de seu estatuto.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.375/2007, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2007.

Sávio Souza Cruz, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 16/8/2007

O Deputado Doutor Rinaldo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, boa-tarde. Sr. Presidente, volto a esta tribuna para, como sempre, tratar de assunto relacionado com saúde na nossa região. Divinópolis, sede da Macrorregião Oeste, está passando por sérios problemas quanto ao tratamento oncológico. Muitos pacientes estão tendo atrasos nos seus tratamentos e não conseguem fazer cirurgias. A tecla é sempre a mesma: as verbas são insuficientes.

Conversando com o Secretário Municipal de Saúde, recebemos informações que nos deixaram preocupados. Agendamos uma reunião com o Secretário Marcus Pestana, porque a Macrorregião Oeste, com sede em Divinópolis, recebe uma verba muito inferior à de outras regiões de Minas Gerais, para o tratamento de quimioterapia e radioterapia e para a realização de cirurgias oncológicas. Temos em Divinópolis um grande hospital de câncer e uma grande casa de apoio a portadores da doença, além de serviços de excelentes qualidade. Os pacientes não precisam sair da região para tratar de seus males oncológicos.

Vemos que a verba é insuficiente, assim como sabemos que são realmente insuficientes em todas as regiões do nosso Brasil. O governo federal poderia investir mais e melhor na saúde. Já discutimos a Emenda nº 29 nesta Casa, e não há interesse do Presidente da República em trabalhar por mais verbas para a saúde, e as verbas para o tratamento oncológico em Minas Gerais não são distribuídas igualmente nas regiões, de acordo com sua população.

Segundo os dados da Secretaria Estadual de Saúde, a macrorregião de Divinópolis possui aproximadamente 1.200.000 habitantes e recebe uma verba de R\$3.800.000,00. A macrorregião de Uberaba, com uma população de 600 mil habitantes, quase a metade da população da macrorregião de Divinópolis, recebe uma verba de quase o dobro para o mesmo tratamento oncológico, R\$6.898.000,00. Portanto Divinópolis recebe R\$3.800.000,00, e a macrorregião de Divinópolis possui quase o dobro de habitantes. Dessa forma, para o paciente que tem câncer e faz quimioterapia é o mesmo preço em Divinópolis e em Uberaba. Não dá para entender por que a macrorregião de Divinópolis recebe uma verba inferior à das demais regiões.

Não quero que a verba de Montes Claros seja diminuída, tampouco a de Uberaba nem a de qualquer macrorregião de Minas Gerais. Queremos que se aumente a verba de Divinópolis proporcionalmente aos habitantes de todo o Estado de Minas Gerais. A macrorregião de Montes Claros, com 86 cidades e uma população de 1.558.000 pessoas, recebe uma verba para tratamento oncológico de R\$9.759.000,00 para pouco mais que a população da macrorregião de Divinópolis, que recebe R\$3.800.000,00.

Por isso as pessoas de Divinópolis e as cidades vizinhas estão indo ao Hospital do Câncer e tendo o seu tratamento adiado. Dessa forma, uma quimioterapia passa da data que realmente deveria ser feita, assim como uma cirurgia passa do dia previsto. E estamos falando de câncer, e não de uma cirurgia programada. No caso do câncer, o paciente tem urgência em seu tratamento, os familiares apresentam grande ansiedade, ao verem o seu ente querido piorando, e ainda há essa má distribuição de verba para o nosso Estado.

Temos consciência do interesse do nosso grande Secretário Marcus Pestana, que sabe administrar bem as questões da saúde em nosso Estado; todavia, segundo os dados da própria Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, nossa região está sendo prejudicada. Divinópolis está mobilizando-se com as autoridades locais e estaduais.

Permaneceremos juntos para tentar solucionar a questão. Precisamos de mais verbas, assim como todas as macrorregiões precisam, mas Divinópolis está muito defasada, em comparação às outras macrorregiões, referentemente ao mesmo tratamento. A única coisa que Divinópolis ainda não possui é o hospital universitário, diferentemente das demais regiões, mas isso já está sendo implantado em nossa cidade. De acordo com as notícias do Prefeito e do governo federal, teremos a nossa faculdade de medicina, com vestibular no final do ano. Portanto também teremos o nosso hospital universitário.

Peço o apoio desta Casa e da Comissão de Saúde, na pessoa do Presidente Carlos Mosconi. Estamos agendando uma reunião com o Secretário para discutirmos o porquê da distribuição não igualitária de verbas da oncologia.

O nosso Instituto de Medicina Legal - IML -, que também atende a todas as cidades vizinhas, funciona nas dependências do Hospital São João

de Deus, que precisa desse espaço. Tenho a certeza de que haverá entendimento com a Prefeitura e com o governo do Estado, pois se trata de uma questão de segurança pública, ligada a toda a região de Divinópolis. Estou certo de que, o mais rápido possível, resolveremos o problema do IML, que, no passado, trouxe muitos problemas para a população de Divinópolis e cidades vizinhas e hoje funciona muito bem. Não pode haver prejuízo desses serviços.

Também gostaria de falar da nossa preocupação com as questões de cirurgias programadas e ainda sobre a falta de vagas nos hospitais de Minas Gerais, sobretudo na macrorregião de Divinópolis.

A cada dia, menos vagas estão-se tornando disponíveis para o SUS, além de não haver interesse da classe empresarial em investir no número de vagas para o SUS. Falta também interesse dos profissionais de trabalhar pelo SUS, em razão da remuneração, que é insuficiente.

O problema de vagas na nossa região está restrito aos casos de urgência. O número de vagas é tão pequeno que até mesmo os casos de urgência já estão se acumulando no nosso pronto-socorro regional. Com isso, não têm vez os pacientes que precisam fazer cirurgia programada. Antigamente, era muito simples operar vesícula ou hérnia, bastava que o cirurgião fizesse o pedido na folha de autorização hospitalar do SUS, a AIH, e o encaminhasse à Secretaria Municipal de Saúde, que tinha a incumbência de autorizá-lo. Então, o paciente era operado, tão logo os exames operatórios ficassem prontos, em cerca de uma semana. Mas, hoje, um paciente, para conseguir ser operado pelo SUS em Divinópolis, tem de enfrentar uma fila que pode demorar dois anos, sem que, muitas vezes, seja operado, porque muitas pessoas que estão nessa fila não conseguem um médico para operá-las. A pessoa tem de ir até o posto, preencher uma AIH e aguardar a sua vez na fila. Mas o triste é que, muitas vezes, essa pessoa, chegada a sua vez de fazer a cirurgia, não consegue ser operada por falta de cirurgião. Enquanto outras pessoas que também estão atrás dela na fila não conseguem ser operadas mesmo havendo um cirurgião, pois têm que aguardar na fila.

O fato é que nenhum médico, com raras exceções, está conseguindo realizar cirurgias programadas em Divinópolis, o que deixa a população à mercê de problemas de saúde, como, por exemplo, pedra na vesícula e hérnia. O que deveria ser uma cirurgia programada se torna uma cirurgia de urgência, em virtude da demora no tratamento cirúrgico. Uma pedra na vesícula, que, a princípio, seria uma cirurgia programada, em face da demora, poderá sofrer alguma complicação, como a infecção ou a ida desse cálculo para o colédoco, transformando-a numa cirurgia de urgência e encarecendo seus custos para o Estado. Nesse caso, o sofrimento do paciente é agravado com internações mais demoradas.

Então, Sr. Presidente, sempre temos falado que o "apagão" da saúde um dia iria chegar, e acho que ele já chegou. Dessa forma, temos de mobilizar toda a classe política do Brasil para trabalhar em prol da atenção à saúde no nosso país, em todos os Estados e Municípios.

Formei-me faz 26 anos e nunca vi a saúde em momento tão delicado. Ao invés de melhorarmos, estamos piorando. A tecnologia está crescendo por meio de mais tratamento e mais qualidade na atenção aos doentes, mas, infelizmente, também estão crescendo, em dificuldade, as chances de esse paciente ser atendido pelo serviço público do SUS.

O serviço de saúde da atenção básica tem funcionado razoavelmente bem, apesar de eu bater na tecla de que, há mais de dois anos e meio, na minha cidade, não se implanta nenhuma equipe do Programa de Saúde da Família - PSF. Não me canso de dizer isso. Trata-se do melhor programa de saúde pública, realizado numa parceria entre os governos federal, estadual e municipal, sendo que este último tem a maior parte nisso. Se se trata do melhor programa de saúde e se está comprovado que ele diminui o número de internações hospitalares e melhora a qualidade de vida da população, não se justificaria dizer que falta dinheiro para executar esse programa.

Então, vamos reformular a questão das políticas públicas nos Municípios para ver em que programa os gastos devem ser diminuídos, a fim de implementarmos o melhor programa de saúde. Existem pouquíssimas equipes do PSF em Divinópolis, que atendem a menos de 20% da população, enquanto que o ideal seria atender a 70%, 75% da população. Vemos que isso já acontece em Belo Horizonte e também em outras grandes e pequenas cidades.

Volto a bater na tecla de que precisamos conscientizar as nossas autoridades municipais quanto a esse problema, pois o PSF é o melhor programa de saúde. É com essa atenção que desejamos melhor qualidade de vida para as pessoas que precisam do SUS, para resolver os seus problemas de saúde. Assim, quando o PSF estiver em pleno funcionamento, haverá menos pacientes no pronto-socorro que, neste momento, está abarrotado de pessoas esperando vagas hospitalares.

Apesar de hoje a atenção à saúde estar melhorando em nosso Estado, o PSF, em nível estadual, já atende a mais de 60% da população, e, na nossa cidade, está atendendo a menos de 20%. Não poderia deixar de citar esses problemas da saúde em nível municipal, estadual e de Brasil.

Esperamos que as autoridades e nosso Presidente se conscientizem de que a população do País está doente e necessita de mais recursos. Esperamos que as verbas para o tratamento oncológico em Minas sejam distribuídas para a população equitativamente, para que todos tenham a mesma qualidade de atendimento em Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente e telespectadores da TV Assembléia, venho a esta tribuna para tratar de um tema que me tocou muito nos últimos dias. A maioria do povo brasileiro acompanhou com muita atenção os Jogos Pan-Americanos, e vimos um movimento diferente, que já tivemos oportunidade de acompanhar outras vezes: a deserção de atletas cubanos. Chamou a atenção a deserção dos lutadores de boxe Erislande Lara e Guillermo Rigondeaux e tudo que se seguiu a esse fato.

Por si só, o esporte remete-nos a um bem fundamental dos povos, que é a liberdade de ir e vir. Talvez não exista outra atividade humana em que isso esteja tão presente quanto no esporte. Hoje, temos atletas brasileiros atuando em todo o mundo, em países de ideologias as mais diversas. Mesmo no tempo da guerra fria, com a Cortina-de-Ferro, tive oportunidade de jogar em países que tinham suas fronteiras fechadas, mas sempre fomos muito bem recebidos, como hoje acontece com atletas brasileiros atuando nesses diversos países. A liberdade está fortemente representada no esporte, essa atividade humana tão importante para a população. O esporte é gerador de emprego e contribui para o PIB dos diversos países; e o "marketing" está especialmente muito ligado ao esporte, gerando emprego e renda.

A decisão do governo brasileiro de, imediatamente, sair à procura dos dois atletas cubanos é sem precedentes na história da diplomacia brasileira. Claro que há uma ressalva, porque o Presidente Vargas entregou nossa Olga Benário aos ditadores nazistas. Talvez seja essa a relação histórica: a entrega dos dois atletas cubanos tem coincidência, na história do Brasil, com a entrega de Olga Benário Prestes aos nazistas. É a única referência na nossa história para essa atitude do governo brasileiro.

É lamentável sob todos os aspectos. Ao analisarmos as notícias, ficamos impressionados. Até hoje o governo brasileiro nunca havia esclarecido, tão rapidamente, um desaparecimento, como fez no caso dos cubanos. Nunca alguém foi encontrado com essa presteza.

No dia 30 de julho houve determinação da Secretaria Nacional de Segurança Pública de que fossem encontrados os atletas cubanos. Essa Secretaria distribuiu fotos e informações sobre as características físicas dos atletas. Além disso, foram disponibilizados recursos financeiros públicos, e a infra-estrutura do Estado brasileiro colocada à disposição.

Os atletas cubanos foram encontrados em Araruama, na Região dos Lagos, e presos pela Polícia Federal brasileira. O Delegado Federal responsável pelo caso determinou a imediata deportação dos atletas para Cuba. Explicou também que eles foram presos por não terem documentos. Por que os atletas cubanos não tinham documentos? Por ser próprio dos governos autoritários, como o de Cuba, violador dos direitos humanos, reter passaporte de atletas.

Além de eu ter feito várias viagens internacionais com a Seleção Brasileira e o Clube Atlético Mineiro, atuei em um clube português. O passaporte é da pessoa; não pode ser entregue a ninguém. Mas, em Cuba, o passaporte dos atletas fica nas mãos de um Oficial do Exército cubano que acompanha a delegação. E o Delegado brasileiro disse que os cubanos foram presos por não terem documentação.

Hoje, na reunião da Comissão de Direitos Humanos desta Assembléia, pela manhã, votamos uma moção de repúdio ao governo federal por essa ação contra os atletas cubanos e, muito mais do que isso, contra a liberdade.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado João Leite, agradeço o aparte. O atual governo federal também mostrou a sua cara, o seu perfil antidemocrático em outros episódios. Recentemente, um jornalista americano publicou em um jornal que o nosso Presidente gostava de cachaça. Todos sabem que isso é verdade. Mas o governo federal queria deportar o jornalista do País, atingindo, inclusive, a liberdade de imprensa. Quer dizer, por ter noticiado um fato notoriamente sabido de todos nós, o governo federal quis deportar o jornalista.

Agora, temos esse triste exemplo para a nossa democracia: a deportação de dois atletas cubanos. Obviamente, eles não tinham documentos. Queriam asilo político no Brasil. Trata-se de uma experiência lamentável do governo federal, que entristeceu as páginas da nossa história.

Se V. Exa. me permitir, gostaria de aproveitar um minuto do seu tempo para dizer que percebi, nas notícias publicadas pelos jornais de hoje, uma certa malícia para tentar atingir o Governador Aécio Neves. Foi divulgado que, de acordo com levantamento da Polícia Rodoviária Federal, Minas Gerais é o Estado com maior número de pontos de prostituição nas rodovias brasileiras. Isso é óbvio, pois a malha rodoviária de Minas é três vezes maior que a de qualquer outro Estado.

O Deputado João Leite - Em Minas Gerais estão situados 25% da malha rodoviária federal, de responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - E mais, Minas Gerais é o Estado com o maior número de Municípios. É óbvio e patente que, sendo assim, também é o local onde haverá maior prostituição. Por outro lado, também tem o maior número de estabelecimentos comerciais nas estradas, de automóveis, de tudo.

Percebemos certa malícia na matéria, a fim de tentar atingir o nosso governo estadual, como se fosse ele o culpado por essa realidade.

Agradeço ao nobre Deputado João Leite, sempre um grande baluarte do nosso PSDB na Assembléia e com quem tenho aprendido muito neste Parlamento. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Lafayette de Andrada. V. Exa. traz uma questão importante, sobre a qual quero rapidamente dar alguns dados. Este governo tratou especialmente da questão da exploração sexual da criança e do adolescente e contou com grande participação da Assembléia Legislativa. O Deputado André Quintão coordena a Frente Parlamentar em Defesa da Criança, e quero lembrar também o trabalho do Secretário João Batista e da realização de "blitz" nas saídas e nos entroncamentos das rodovias federais de Minas Gerais, nessa luta contra a exploração sexual de crianças.

Volto à questão da deportação dos atletas cubanos. O nosso Delegado Federal disse que, além de os atletas terem sido presos por estarem sem documentos, eles seriam deportados imediatamente, e, caso o governo cubano não tivesse dinheiro para as despesas de viagem, o governo brasileiro pagaria o transporte dos atletas cubanos para levarem-nos a Havana.

Ora, como o governo brasileiro tem dinheiro para deportar cidadãos de outros países? Eu mesmo tive a oportunidade de fazer contato com o Itamaraty quando da morte do missionário brasileiro, da Assembléia de Deus, Edgar Brito, que estava no Timor Leste representando o Brasil, cuidando de crianças. Ele foi morto naquela luta que lá existe, e o governo brasileiro não possuía dinheiro para trazer o corpo desse brasileiro, mas tem dinheiro para deportar os atletas cubanos e entregá-los na mão do governo cubano.

Ora, é lamentável essa ação do governo federal contra as liberdades, contra o esporte. Essa não é a história do esporte no mundo, uma história de liberdade, que o governo brasileiro manchou com a deportação dos atletas cubanos.

As manifestações existem. O governo alega que eles tiveram acesso a advogados; mas eles não tiveram. Os advogados que se apresentaram para dar assistência aos atletas foram expulsos e autuados por desacato e desobediência. Foi isso que ocorreu com os advogados que tentaram defendê-los. Os atletas disseram que foram mantidos incomunicáveis. Não há precedente na história brasileira de ato autoritário como esse praticado contra atletas.

Além disso, há algo lamentável: um Procurador dizer que eles queriam voltar para Cuba e que não havia problema algum, pois era desejo deles voltar para Cuba. Por que eles desertaram mesmo? Por que dois atletas com grandes chances de medalha de ouro no Pan-Americano abandonaram a delegação de Cuba? Existe algum bobo neste país para acreditar nessa história? Essa história é uma ficção. Por que eles desertariam?

Há as manifestações internacionais, além da manifestação - que espero seja também desta Assembléia - contra esse ato autoritário do governo brasileiro, que fere a democracia, a liberdade e os direitos humanos.

É interessante o governo brasileiro, pois receberá 50 mil ou 80 mil refugiados palestinos no Brasil - Minas Gerais receberá 5 mil refugiados palestinos -, mas os dois atletas cubanos foram deportados, não foram recebidos como exilados políticos. Como encarar essa contradição?

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados recomenda a concessão de asilo em casos como o dos atletas cubanos.

A organização argumenta que o fato dos atletas terem desertado sugere fortemente que eles estivessem interessados em pedir asilo.

Temos também a manifestação da Anistia Internacional, que condenou o Brasil, o governo brasileiro nesse ato: "Sabemos que em Cuba qualquer pessoa que manifeste uma crítica ao regime é submetida a represálias, seja perseguição, seja prisão, seja dificuldades impostas no dia-a-dia. Por terem deixado a equipe cubana, esses dois atletas serão tratados igual aos dissidentes do regime, ou seja, serão bastante perseguidos".

Temos ainda a manifestação de Maja Liebing, que lembrou que muitos países simpatizantes da esquerda procuram ignorar a realidade de Cuba, encarando o país como uma democracia. Mas, para ela, Cuba é uma ditadura, um país de regime autoritário, que ainda, há quatro anos, realizou uma grande onda de prisão de dissidentes, que foram condenados a até 28 anos de cadeia.

Por fim, quero também trazer a manifestação dos Repórteres sem Fronteiras, da Overseas Press Club of America. Todos eles se manifestaram contra a ação do governo brasileiro, ação claramente colocada nos documentos contra a democracia. O governo brasileiro feriu a democracia, a mais importante liberdade das pessoas, a de ir e vir, e, ainda mais, feriu o esporte, lamentavelmente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que acompanham a TV Assembléia, hoje a imprensa mineira divulgou um relatório emitido pela Polícia Rodoviária Federal e pela Organização Internacional do Trabalho - OIT -, o qual coloca Minas Gerais em 1º lugar do "ranking" de número de pontos vulneráveis, propícios à exploração sexual em rodovias federais. Minas Gerais tem 290 pontos, que podem ser postos de gasolina, bares, locais de diversão em suas BRs, considerados como propícios a esse tipo de crime, a meu ver bárbaro, cometido contra crianças e adolescentes.

Hoje o Brasil tem identificados 1.800 pontos, e Minas Gerais contribui com cerca de 300. É evidente que este Estado, por somar a maior parcela da malha rodoviária federal, tem um número também maior de pontos. Mas não é só isso que explica esse fato, ou isso não pode servir como justificativa para atenuar a sua gravidade. Pelo contrário, entendo que esse relatório - e aqui considero que a imprensa mineira divulgou como deve ser: de maneira isenta e competente - deve gerar medidas do ponto de vista das políticas públicas, quer sejam elas municipais, quer estaduais, quer federais, e de maneira integrada.

E é nessa perspectiva e na condição de Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente que faço aqui algumas observações. A primeira delas - e a cada dia que passa tenho uma convicção maior - diz respeito à necessidade da adoção da escola em tempo integral. Para mim, a educação, e particularmente a escola em tempo integral, pode ser o motivador de um melhor desempenho escolar para crianças e jovens, como também uma forma de evitar situações de trabalho infantil, de exploração e comercialização sexual de crianças e adolescentes. A escola em tempo integral, como Belo Horizonte já adota em 29 unidades municipais - e, até o final do ano, serão 50 escolas nessa situação -, pode representar maior acolhida, proteção, reforço no processo pedagógico e estímulo à auto-estima da criança e do adolescente, além de evitar situações tão alarmantes quanto as que verificamos em Minas Gerais, que, apenas no trabalho infantil, tem 362 mil crianças. Hoje a imprensa divulga que há 290 pontos de exploração sexual somente nas nossas BRs.

Uma outra questão importante que pode contribuir para amenizar essa situação é o cumprimento de uma lei aprovada nesta Assembléia, de minha autoria, que prevê o acompanhamento social na rede pública de educação. Isso significa um reforço nas equipes escolares de assistentes sociais e psicólogos, para que possam acompanhar a criança, o adolescente e suas famílias em situação de risco pessoal e social. Essa ação pode reverter num melhor desempenho escolar, combater a evasão escolar e identificar já em sua origem situações de violência sexual, que muitas vezes é praticada dentro da própria família. Portanto considero que o cumprimento da Lei nº 16.683, aprovada por esta Casa e sancionada pelo Governador, também pode ser um passo importante na garantia dos direitos da criança e do adolescente de Minas Gerais.

Acredito também que as políticas de proteção especial podem e devem ser ampliadas e aperfeiçoadas em nosso Estado. E aqui divulgo, com preocupação, dados da execução orçamentária de Minas na área da criança e do adolescente. A ação orçamentária Ampliação do Tempo Escolar, cujo orçamento previsto para 2007 é de R\$24.454.000,00, teve, até o dia 30/6/2007, somente R\$237.000,00 realizados, ou seja, 0,97% do previsto. Isso é muito pouco. Já estamos para lá do meio do ano, e até o meio do ano o Estado gastou apenas 0,97% na ampliação da jornada escolar.

Na ação orçamentária Proteção Social Especial, Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, de um total previsto de R\$362.000,00 - passem, senhores telespectadores, Deputados e Deputadas! -, o Estado de Minas Gerais tem uma execução orçamentária de 0%. Repito: a execução orçamentária do governo na ação orçamentária Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é zero.

Reitero que temos no governo do Estado pessoas sensíveis a essa causa. Começo pelo Subsecretário de Direitos Humanos, ex-Deputado João Batista, que já esteve aqui, em 18/5/2007, com sua equipe valorosa, que tem feito grande esforço, na medida do possível, para desenvolver ações de enfrentamento do abuso e da exploração sexual.

Não sei, mas talvez esteja faltando, talvez da área financeira do governo, maior sensibilidade para o descontingenciamento de recursos, liberação de recursos para essa área. O fato é que, seja na ampliação do tempo escolar, seja na ação específica de enfrentamento, a execução orçamentária do Estado de Minas Gerais não chega sequer a 1%. Talvez o Governador não saiba dessa informação. Tenho a certeza de que, alertado, aqui, pela Assembléia Legislativa, ele tomará as providências necessárias, porque essa é uma situação que atinge o nosso Estado, que não deixa feliz o nosso Estado e que não deve ser nem mesmo objeto de disputa político-partidária. Entendo que essa é uma questão de responsabilidade de todos nós. É nesse intuito que hoje, contando com a presença da Deputada Gláucia Brandão, do Deputado Gustavo Valadares e com a aquiescência do Deputado João Leite, que conhece tão bem essa realidade, a Comissão de Participação Popular aprovou um novo requerimento dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Orlando Adão de Carvalho, com vistas a esse Tribunal transformar ou criar uma Vara especializada para julgar crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

Um dos grandes fatores de perpetuação e ampliação dessa situação é exatamente a impunidade. Não adianta o cidadão proceder a denúncia, é importante que se proceda a denúncia - até há um número de telefone específico -, e aproveite a audiência da TV Assembléia para divulgá-lo: 0800 31 1119. As pessoas não precisam identificar-se, têm o sigilo preservado. Denúncia de exploração sexual é feita nesse número. A denúncia chega, é apurada, mas quem comete o ato não é julgado nem punido. Isso gera mais impunidade, gera mais reincidência de crimes praticados contra crianças e adolescentes.

Um levantamento dos grupos da área da criança e do adolescente identificaram, só na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1.248 processos relacionados com crimes de exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes praticamente parados. Então, é preciso que o Tribunal de Justiça transforme, especialize ou crie uma Vara exatamente para julgar esses crimes. O projeto de lei de organização e divisão judiciária está em tramitação nesta Assembléia. A nossa expectativa é que ele estabeleça a criação dessa Vara. Já apresentei emenda, a qual discutirei na Assembléia, e quero vê-la aprovada. Sinceramente, não acredito que seja problema de recurso do Tribunal de Justiça, até porque outros gastos de valores muito superiores estão em via de serem efetuados pelo Tribunal. Não acredito que o problema seja financeiro nem orçamentário, com todo o respeito que merecem os dignos representantes do Tribunal de Justiça. Trata-se de uma questão de convencimento. Já tivemos várias audiências no Tribunal de Justiça e já apresentamos essa proposta. O Tribunal pode tomar essa medida por resolução interna, por meio de seu Presidente, que é uma pessoa honrada, séria.

Faço, da tribuna desta Casa, mais uma vez, um apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça para que destine uma Vara já existente ou crie uma Vara especializada para julgar esses crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Isso pode ser mais um reforço para julgar e punir exemplarmente aqueles indivíduos, aquelas redes que ainda sujeitam milhares de crianças pobres deste Estado e deste país a praticar, a comercializar seu corpo como meio de vida. Isso torna indigno o nosso Estado. Não podemos aceitar nem conviver com situações como essas, em que meninas vendem seu corpo por R\$0,50 ou por R\$1,99, à beira das nossas rodovias federais e estaduais. E quem estimula, quem está por trás dessas redes, quem pratica esse tipo de crime hoje fica escondido sob o manto da impunidade.

Na condição de coordenador da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente desta Assembléia, reitero aqui, em primeiro lugar, o alerta que já foi feito sob a forma de requerimento, da Comissão de Participação Popular, aos gestores estaduais sobre a baixa execução orçamentária de importantes programas vinculados a essa área no Estado de Minas Gerais. Chama-me particularmente a atenção a não-execução orçamentária até hoje do Programa Especial de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual e a baixa execução orçamentária da ampliação do tempo escolar, um com zero por cento e o outro com 0,97%. Tenho a certeza absoluta de que o Governador ainda não tem acesso a esses dados. Quando tiver, e acho que o terá a partir dessa denúncia que fazemos na Assembléia, vai tomar as providências necessárias, porque sei que o trabalho infantil e a exploração sexual fazem parte da preocupação ética e política do seu governo. Temos de mudar, em curto prazo, essa situação.

Reitero aqui, também, solicitação anterior feita ao Presidente do Tribunal de Justiça, para que especialize o crime e crie uma vara específica para julgar crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Repito aqui o número 0800 31 1119, para que todo cidadão que saiba, identifique ou tenha notícia de exploração sexual cometida contra criança ou adolescente faça sua denúncia, porque essa é uma causa de todos nós. O sigilo é preservado, e a pessoa pode fazer a denúncia sem medo, para que possamos combater, erradicar, de maneira muito decisiva, esse tipo de crime que não é - e não pode ser - colocado na agenda de Minas Gerais. Minas Gerais tem de ter uma ação exemplar, até porque sua malha rodoviária federal é a mais extensa do País e aqui se concentra o maior número de pontos propícios a esse tipo de atividade.

Então, Sr. Presidente, penso que a Assembléia, tão presente na luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente, não poderia ficar omissa nem calada diante de uma notícia que atinge todos os mineiros e mineiras de responsabilidade, que têm respeito pelas crianças de nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Boa-tarde a todos e a todas. Mais uma vez ocupo esta tribuna para mostrar minha indignação, até mesmo por sentir o clamor de toda a população de Minas Gerais em relação às altas tarifas da conta de energia elétrica da Cemig, uma das mais altas do País. Se for considerada a energia cobrada das residências, com ICMS acima de 90kW, aqui em Minas a energia elétrica é a mais cara de todos os Estados da Federação. Recentemente, estivemos em Brasília, aprovamos diversos requerimentos aqui, nesta Assembléia, o Deputado Federal Elismar Prado também, e estamos com uma campanha permanente nas ruas em todo o Estado de Minas Gerais com vários objetivos. Um deles é sensibilizar o governo para diminuir a carga tributária, que, com todos os encargos, chega a 62,5% do total de uma conta de energia elétrica. O ICMS cobrado no Estado de Minas Gerais é o mais caro do Brasil: 30%, mais a cobrança por dentro, chega a 47%.

Também nos mobilizamos para que a Agência Nacional de Energia Elétrica negue futuros reajustes à Cemig. Se fizermos uma análise dos dados dos últimos anos, verificaremos aumentos totalmente absurdos, fora da realidade, muito acima de qualquer índice e da inflação. Nos últimos 10 anos, a conta de energia elétrica da Cemig subiu quase 500%. Uma conta residencial de R\$50,00, em 2000, passou a quase R\$100,00; praticamente dobrou. Em 2003, essa conta foi para R\$65,00; em 2004, para R\$74,00; em 2005, para R\$88,00; em 2006, para R\$93,00; e agora, em 2007, para quase R\$100,00. A população não agüenta mais tanto reajuste. Só neste governo, os reajustes foram de mais de 100%.

Hoje o que mais pesa no orçamento familiar é a conta de energia elétrica da Cemig, que praticamente detém o monopólio em Minas, porque controla mais de 96%. Esse é o grande problema. Como empresa única, cobra o preço que quer, e seus lucros são fabulosos. Está em todos os jornais e foi manchete do jornal "Estado de Minas", no dia 10/5/2007: "Lucro da Cemig cresce e atinge R\$406.600.000,00". Isso, em três meses, no trimestre. Fechará o ano com um faturamento de aproximadamente R\$3.000.000.000,00. Nada justifica uma empresa de caráter público aumentar o valor da conta de energia elétrica de forma desproporcional, prejudicando e constituindo um dos maiores problemas no orçamento doméstico. E detém o monopólio.

De março de 2003 a abril de 2007, a conta de energia para as residências subiu 98,8% - praticamente dobrou. Enquanto isso, a inflação foi de apenas 29,13%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC -, medido pelo IBGE.

Nos índices que passarei não está computado o ICMS, que, em nosso Estado, é o mais alto de todos os Estados da Federação. A energia em Minas é 17% mais cara que na Bahia; 30% mais cara que no Ceará; 31% mais cara que no Espírito Santo; 38% mais cara que em Goiás; 73% mais cara que em Brasília; 48% mais cara que no Rio Grande do Sul; 76% mais cara que em São Paulo - a Eletropaulo -, que abaixou em 12% o valor da conta de energia elétrica; e 107% mais cara que no Amapá. Esse percentual é referente apenas à tarifa residencial de distribuição de energia, sem contar os impostos e os encargos. Se considerarmos os impostos e os encargos, o índice aumenta muito.

Para este ano, a Cemig pediu um reajuste de 20,88%, um dos maiores solicitados pelas companhias de energia elétrica do Brasil. A Aneel autorizou um reajuste de 6,5% para as residências. A Cemig não ficou satisfeita e entrou com um recurso junto à Aneel. Esse recurso pode ser julgado até abril do ano que vem. Praticamente, não há mais possibilidade de haver aumento neste ano. Mas, se esse recurso for acatado, no ano que vem haverá revisão, por coincidência, na data da revisão tarifária, que acontece de cinco em cinco anos. Na última revisão, houve aumento de mais de 30%.

Então qual é a nossa briga? Impedir que esse recurso seja acatado, fazer uma grande mobilização, sensibilizar os membros, os Diretores e os Conselheiros da Aneel para negarem o recurso da Cemig.

O Deputado Federal Elismar Prado já aprovou um requerimento solicitando auditoria nos últimos reajustes, combinando-a com toda a mobilização popular e a possibilidade concreta e real de baixar o valor da conta de energia elétrica em abril do ano que vem. Para isso acontecer, é fundamental que a Aneel negue esse recurso solicitado pela Cemig. Aliás, eu e o Deputado Federal Elismar Prado, membros da Comissão de Assuntos Municipais, estivemos em Brasília e fizemos essa solicitação para que a Aneel negue esse recurso impetrado pela Cemig. Além disso, dissemos que no ano que vem nos mobilizaremos, pressionaremos e sensibilizaremos toda a população para que haja clamor público e redução do valor da tarifa de energia elétrica da Cemig.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado Weliton Prado, será um aparte muito breve. Percebemos que V. Exa. é um Deputado estudioso e tem promovido uma grande campanha com o intuito de diminuir os aumentos tarifários da Cemig. Gostaria de lembrar-lhe que a energia gera custo. É importante termos isso em mente. A Cemig é a melhor empresa de energia do País; aliás, é a melhor porque é a que mais investe. É preciso investir em tecnologia e operacionalidade. Tudo isso gera custo. Nada disso cai do céu nem brota do ar. É preciso ter em mente os dois lados da balança. Se, por um lado, cobra talvez a maior tarifa de energia, como V. Exa. diz, indiscutivelmente é a que mais investe em tecnologia e no aumento da sua capacidade produtiva. Isso é fundamental. Precisamos ter isso em mente, pois são os custos operacionais da empresa.

Deputado Weliton Prado, parabéns por sua luta e por estar sempre atento. Todavia, precisa ter em mente que custos existem e, se amanhã a Cemig começar a diminuir a sua tarifa, a dar isenções e a fazer o que todos desejamos, certamente alguém terá de pagar por isso, com uma tarifa muito aumentada. Precisamos ter sempre em mente a razão desses custos para depois discutirmos se é possível ou não uma diminuição. Obrigado pelo aparte.

O Deputado Weliton Prado - Deputado Lafayette de Andrada, compreendemos. Todavia, o valor da energia cobrada em Minas Gerais realmente está muito fora da realidade dos outros Estados da Federação. Há servidores públicos, professores, com os menores salários de todo o Estado, que, às vezes, contraem empréstimo bancário para pagar uma conta de energia elétrica da Cemig. Isso ocorre em todas as cidades do Estado.

Tenho aqui uma entrevista do dia 9/6/2006 do finado D. Luciano Mendes, que foi Presidente da CNBB e certamente um dos religiosos mais respeitados do nosso país, solicitando uma revisão humanitária da conta de luz. No jornal do Sindieletrô, formularam-lhe algumas perguntas. (- Lê:)

"O que o senhor tem ouvido da comunidade sobre as tarifas de energia elétrica?". D. Luciano Mendes respondeu: "Temos encontrado muito sofrimento. As contas são muito elevadas e não se trata mais de ter água quente para o banho, mas de poder acender algumas luzes para enfrentar a noite, os idosos para tomarem um remédio e as mães para amamentarem o filho. Muitas pessoas não têm emprego ou renda; não dá nem para se alimentarem. O desconforto é ter na conta de luz o maior problema do desequilíbrio do orçamento doméstico. Muitas pessoas pedem orientação técnica da Cemig para reduzir o consumo sem perder o direito à energia e não são atendidas".

"Além dos artigos e entrevistas, o senhor tem usado outros instrumentos em defesa da redução da tarifa?" D. Luciano respondeu: "Há quatro meses levei para o Presidente da Cemig, em Belo Horizonte, uma caixa com contas que as pessoas me trazem, mostrando os valores anteriores e os atuais. Também propus que a empresa garantisse aos pobres com consumo de até 100mW por mês a gratuidade da energia, como já é feito em Curitiba, no Paraná, e fiquei na expectativa. O gás faz falta em casa, mas para a energia não tem alternativa.

Infelizmente, não há resposta à população, e me pergunto quem vai falar por ela, já que os pobres não vão até a direção da Cemig. Aí, gostaria de falar diretamente com o Sr. Governador, pedindo para rever a tarifa de energia para essas pessoas, que devem ser subsidiadas ou beneficiadas pela revisão desse custo".

Vem uma outra pergunta a D. Luciano: "O que gera essa distorção nas tarifas praticadas em Minas Gerais?". D. Luciano respondeu: "Há o desequilíbrio entre os preços para uma residência e uma empresa. Em Minas, na área industrial, numa grande empresa ou numa indústria, a cobrança de ICMS é de 18% do valor da conta, enquanto que, no residencial, é de 30%. Em outras empresas, como a Light, o cálculo é o contrário, favorecendo o consumidor residencial. Com essa diferença, é o pequeno consumidor que subsidia o grande. Outro problema é que o lucro extra, uma soma considerável, deveria ser reinvestido no atendimento à população, mas é repassado para os investidores, que têm retorno maior do que se esperava, e muitos deles são representantes de empresas que não são brasileiras. O parcelamento da conta para que a família continue com a concessão da luz também é dramático e, em função dos juros, pode se tornar uma extorsão".

Estou me referindo a uma entrevista que D. Luciano deu em 2006. Hoje, os lucros da Cemig aumentaram muito. Como disse, ela dever fechar o ano com um faturamento acima de R\$3.000.000.000,00.

Prosseguindo, perguntaram-lhe: "O que poderia ser feito para tornar esse cálculo mais justo?". D. Luciano respondeu: "Proponho que a Cemig se reúna com pessoas que tenham preocupação com a tarifa, como os sindicatos, e faça uma parada técnica para rever o custo ideal da energia. Os aumentos estão muito acima da inflação medida, com números fortes em relação ao poder aquisitivo do povo e aos salários. O dinheiro extra arrecadado sai praticamente extorquido do necessário para a sobrevivência do povo. Disponho a conversar com outras autoridades para pedir uma revisão humanitária para enfrentar essa questão no Estado".

Infelizmente, o meu tempo está terminando. Já vim várias vezes à tribuna, e, em todas elas, o tempo é insuficiente para ler toda a entrevista. Na minha próxima vinda à Tribuna, quero trazer essa entrevista que o finado D. Luciano, ex-Presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, deu ao Sindieletrô, defendendo uma decisão humanitária da conta de luz.

Aproveito o último minuto que me resta nesta tribuna para uma convocação. O Vereador Aniceto Ferreira convoca toda a população para um debate que será realizado na terça-feira, na Câmara Municipal de Uberlândia, com os representantes de vários setores, para discutir a questão da energia elétrica, dos contratos com os trabalhadores, principalmente os valores cobrados à população. É muito importante a população e as entidades estarem presentes. Queremos, inclusive, realizar debates como esse em todas as regiões do Estado de Minas Gerais.

Já apresentamos requerimento nesta Casa, solicitando que a Aneel negue o recurso impetrado pela Cemig. O Deputado Federal Elismar Prado já pediu, e já está acontecendo uma auditoria nos últimos reajustes concedidos pela Cemig e autorizados pela Aneel.

Não pararemos com essa luta, pois o povo não suporta pagar valores tão altos como esses. A nossa energia é a mais cara do Brasil.

Se formos pensar, o valor da conta de água da Copasa é muito alto também. Sempre digo que é água a preço de vinho. Travaremos, então, essa batalha. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, estamos aqui, hoje, para fazer um reforço na convocação que já fizemos em relação a um encontro a ser realizado, na manhã desta sexta-feira, em Teófilo Ottoni, a partir das 8h30min, no Clube Palmeiras, a fim de discutir com os nossos Prefeitos, com os Vereadores, com as lideranças, com os estudantes, com as pessoas da nossa comunidade a legislação de que estamos tratando nesta Assembléia e que deve ser votada nos próximos dias: o ICMS Solidário.

Vale ressaltar que esse assunto merece atenção especial de todos os Prefeitos e Vereadores, de todas as lideranças comunitárias, de todos os estudantes, enfim, das pessoas que se interessam pela vida do Norte e pelo Nordeste de Minas.

É importantíssimo que essa reunião esteja repleta de pessoas, que conhecerão o projeto do ICMS Solidário, o qual aumentará a arrecadação de todos os Municípios das regiões Nordeste e Norte de Minas, bem como de outras regiões do Estado.

Nossa preocupação, Sr. Presidente, ocorre porque o Triângulo, em que um grande número de cidades perde recursos, assim como o Sul de Minas, onde alguns Municípios também perdem, já estão se mobilizando e convocando Deputados que porventura tiveram cerca de 100 votos aqui, 50 ali, 20 acolá, para pressioná-los a deter a aprovação dessa matéria, que ampliará a receita de 762 municípios de Minas Gerais. Esse é um projeto muito importante. Trata-se de uma adequação da Lei Robin Hood, e esse percentual, que estava sendo agregado ao VAF, pode ser redistribuído perfeitamente às regiões mais pobres do Estado, para fazer justiça tributária e melhorar a qualidade de vida de nosso cidadão.

Nossa pobreza indica que precisamos lutar para fazer também uma mobilização, diferente da realizada no Triângulo e no Sul de Minas, ou seja, a favor do projeto, convidando cada Deputado e Deputada que ajudamos a eleger em nossa região, com o objetivo de reforçar a luta que a Assembléia, por maioria de seus membros, está fazendo com o objetivo de distribuir melhor o ICMS destinado às Prefeituras de Minas Gerais.

O momento é muito importante. Temos de tomar conhecimento real acerca do que está ocorrendo, para dar suporte à Assembléia quando da votação que faremos nos próximos dias.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Agradeço-lhe o aparte e o cumprimento pelo assunto que traz hoje a esta tribuna, o qual é muito importante para todos nós. Informo, com grande satisfação, que estarei amanhã em Teófilo Otôni, coordenando trabalhos para essa região.

Quería agradecer-lhe o tempo que me concedeu - eu já o havia solicitado a V. Exa. - para comunicar a todos os presentes que, na segunda-feira, o Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, receberá, juntamente com outros Deputados que puderem comparecer à sala da Presidência, às 9 horas, uma caravana nacional em defesa do Rio São Francisco contra a transposição e por uma nova estratégia de desenvolvimento para o semi-árido brasileiro.

Esse projeto, que é bastante polêmico, está adormecido, mas o governo federal, a todo o custo e de maneira bastante atabalhoada, sem participação de todos, pretende implantá-lo. Essa caravana é formada por técnicos de todos os Estados envolvidos. Faremos debate em cada Estado, nas universidades e nas Câmaras Municipais. Nós nos reuniremos também nas Assembléias Legislativas e faremos visita ao governo do Estado, com o objetivo de solicitar que este abra, mais uma vez, o debate sobre esse importante tema.

Essa caravana percorrerá todos os Estados brasileiros envolvidos, até o dia 1º/9/2007, e estará em Belo Horizonte, no dia 20/8/2007, fazendo uma visita ao Governador, às universidades e a esta Assembléia. Gostaria de agradecer-lhe o aparte e pedir a presença, nesse encontro, de todos os Deputados que possam fazê-lo, às 9 horas, a fim de que possamos participar ativamente desse movimento, que se inicia em Minas Gerais, onde nasce o São Francisco. Obrigado, Deputado Getúlio Neiva.

O Deputado Getúlio Neiva - Agradeço o aparte do nobre Deputado Fábio Avelar e ressalto sua participação e ajuda na instalação da Copanor em Teófilo Otôni, a Copasinha, que o Governador anunciou na última sexta-feira, a qual resolverá grande parte de nossos problemas ao oferecer água e esgoto sanitários tratados a um custo de 35% do que a Copasa cobra em cidades maiores. Agradeço a V. Exa. Será uma felicidade contarmos com a sua presença quando da reunião do ICMS Solidário.

Renovo o apelo por essa região, na qual V. Exa. e o nobre Presidente têm votação expressiva. Que todos nos mobilizemos, lembrando que o Triângulo e o Sul já se reuniram e pressionaram até Deputados que tiveram apenas 10 votos ou 15 votos em cada cidade.

Lembramos ainda aos Prefeitos, aos Vereadores, às lideranças comunitárias, aos Presidentes de clubes, às entidades e às associações, especialmente as comerciais e empresariais, que, juntos, podemos mobilizar-nos e fazer com que cada Deputado que recebeu voto em nossas cidades tenha o compromisso de reduzir a desigualdade social, melhorar o desempenho da nossa máquina pública municipal, para, de fato, reduzir a estagnação econômica em que vivemos, melhorando sobretudo a questão da miséria social na região.

Faço um agradecimento antecipado àqueles que comparecerem. Esperamos muito de V. Exas., independentemente de partido político. A região está com sérios problemas de arrecadação e administração nas Prefeituras Municipais. Agora que foi aprovado pelo Congresso Nacional o percentual de 1% sobre o FPM, esperamos que no ano que vem haja um acréscimo no ICMS a ser repassado pelo Estado às Prefeituras de Teófilo Otôni, Poté, Ladainha e Malacacheta.

Portanto, companheiros dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha e do Norte de Minas, estejam todos em Teófilo Otôni às 8h30min desta sexta-feira, no Clube Palmeiras, para que possamos discutir e reforçar a nossa luta a favor da redistribuição de ICMS para os Municípios mais pobres do Estado. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas que nos acompanham na Casa do povo mineiro ou pela TV Assembléia, antes de abordar um assunto extremamente relevante sobre a saúde pública, não posso deixar de tecer alguns comentários a respeito da Cemig. Claro que todos nós desejamos e devemos nos empenhar para que as tarifas sejam as mais reduzidas possível. Nesse campo, também temos o sentimento de que as tarifas de energia elétrica precisam ser tratadas com todo o cuidado, buscando-se a sua redução.

É bom lembrar - e isso não foi dito com a devida clareza - que quem estabelece, em última instância, qual é a tarifa que pode ou não ser praticada é a Agência Nacional de Energia Elétrica, uma agência ligada ao governo federal, que tem o dever de analisar todas as planilhas de custo de todas as concessionárias em todos os Estados da Federação. Portanto, não é diferente em Minas Gerais, ou seja, é a Agência Nacional que determina o preço que pode ou não ser cobrado.

Também não foi dito que, a partir do governo Aécio Neves, a Cemig, além de ser mais bem gerenciada, apresentando resultado positivo, passou a investir, pois quem não tem resultado positivo, quem está no vermelho, ano após ano, não consegue investir. Com essa capacidade de investimento, entre todas as empresas de energia elétrica do País, a Cemig foi a que realizou mais investimento social. Realizou o maior número de ligações no programa Luz para Todos, um programa que tem a firme presença do governo do Estado, além de uma parceria com o governo federal.

É bom lembrar que, considerando-se o custo de cada ligação em Minas Gerais, a maior parte do volume de dinheiro aplicado para levar energia do programa Luz para Todos à comunidade rural, à pequena propriedade rural, para o cidadão que nunca teve energia elétrica, é bancada pela Cemig e pelo governo do Estado. Só em Minas Gerais, no governo Aécio Neves, já foram beneficiadas com ligações quase 200 mil famílias. Para ser mais preciso, até cerca de 15 dias - e esse número aumenta todos os dias -, havia 186 mil ligações. Trata-se do maior volume de investimentos de todo o País, um investimento estritamente social, feito pelo governo de Minas Gerais, com o apoio do governo federal.

Todavia, há uma preocupação desde o ano passado, quando terminou a vigência do primeiro convênio, previsto para ter vigência até o final do primeiro mandato do Presidente Lula e do Governador Aécio Neves. Mas, desde o ano passado, tendo sido reeleitos Aécio e Lula, o governo de Minas continuou fazendo as ligações, pois o povo que vive na zona rural, o cidadão que precisa da energia elétrica não quer saber se terminou o convênio ou não. Ele quer a energia elétrica.

O Deputado Getúlio Neiva vem acompanhando isso de perto. Aliás, ele é um profundo conhecedor dessa matéria, até porque já foi Prefeito de Teófilo Otôni e participou, comigo e com outros colegas, de uma audiência em Araçuaí, onde um povo sofrido espera por energia elétrica a vida toda, mas nunca tiveram essa oportunidade. Inúmeras famílias sofrem as dificuldades de não ter energia elétrica. Naquela ocasião, testemunhamos o governo de Minas pedir ao governo federal que assinasse um novo contrato para o programa Luz para Todos continuar. Não faz muito tempo, o Presidente Lula esteve em Belo Horizonte, durante as inaugurações da Antônio Carlos, e anunciou, de público, que isso estava autorizado, que o programa Luz para Todos não pararia. Pelo menos até ontem, de acordo com as informações que temos, o governo federal ainda não havia autorizado a assinatura de um novo contrato para continuar esse programa. Isso é sério, porque envolve o esforço conjugado do Estado e do governo federal. O governo do Estado continua fazendo, mas obviamente diminuiu o ritmo, porque precisa da contrapartida do governo federal para que o programa possa deslançar e alcançar todas as suas metas.

Dentro daquela linha propositiva, é preciso somar; é preciso que o governo do Estado faça a sua parte, assim como o governo federal. Também é urgente que se assine esse novo convênio entre o Ministério das Minas e Energia, a Eletrobrás e a Cemig - portanto, o governo de Minas -, para que esse programa, tão importante e que já vem trazendo benefícios a tantas famílias, possa continuar e levar energia elétrica a 100% dos mineiros, na zona rural.

Quero tratar de um outro assunto que V. Exa. domina bem, por ser um lutador para que essa energia elétrica, de fato, chegue, especialmente, ao Norte de Minas, à região do Jequitinhonha, que V. Exa. conhece tão bem e que ainda precisa de muitos investimentos.

Ainda gostaria de abordar um outro assunto que V. Exa. também já tratou e que diz respeito à seara municipal, porque sei que, em Teófilo Ottoni, há um verdadeiro caos na saúde. Pelo menos foi isso o que nos informou a Comissão de Saúde desta Casa, que lá esteve para tratar da questão da saúde pública naquele Município.

Também vivemos dificuldades muito graves na saúde pública de Divinópolis. É extremamente importante que essa crise seja enfrentada por todas as partes envolvidas, ou seja, pelas três esferas de governo - federal, estadual e municipal -, até porque, em Divinópolis, temos de nos preocupar com a saúde do divinopolitano e com a saúde da população das cidades vizinhas, já que Divinópolis foi referenciada para oferecer tratamento a essa população também. É preciso destacar que não se trata de nenhum favor, já que o SUS funciona exatamente assim. Quando uma cidade é considerada referência, o dinheiro para tratar, por exemplo, do câncer de um paciente de Divinópolis vai para Divinópolis, assim como o dinheiro para tratar dos pacientes de Nova Serrana, Santo Antônio do Monte, Bom Despacho, Luz, e das demais cidades do Centro-Oeste mineiro, também vai para Divinópolis, na medida em que cada Prefeitura referencia, ou seja, informa que pretende levar os seus pacientes para serem tratados lá, em Divinópolis.

Quando era Vereador em Divinópolis, começamos esse trabalho, que foi fruto do esforço não apenas de órgãos e entidades públicas. Lembro-me de que o Dr. Ronei Quirino, na Câmara de Divinópolis, lançou, de maneira pública e pela primeira vez, a idéia de construir um hospital especializado em câncer, em Divinópolis, para atender a todo o Centro-Oeste. Obviamente, abraçamos essa causa desde o primeiro dia. Quis o destino que eu tivesse a felicidade de vir a ser Prefeito de Divinópolis, e, obviamente, arregaçamos as mangas e, juntos, abraçamos essa causa, ao lado da sociedade civil.

Gostaria de destacar o empenho do povo não só de Divinópolis mas também de toda a região Centro-Oeste mineira, liderados pela Associação de Combate ao Câncer do Centro-Oeste Mineiro - Acom -, que fez um trabalho maravilhoso. Com esforços e gestos permanentes de solidariedade, foi erguida uma das mais belas e bem estruturadas obras, o hospital do Câncer do Centro-Oeste mineiro. Hospital esse que conta com uma casa de apoio para o paciente de câncer e seus familiares, que ali permanecem até o final do tratamento, às vezes longo, de quimioterapia e radioterapia, para que não haja necessidade de se deslocarem diariamente de suas cidades de origem. Lá, eles são hospedados e acolhidos com dignidade, respeito e atendimento adequado. Tudo isso foi feito envolvendo o poder público e a sociedade civil.

Nos últimos meses, especialmente nos últimos dias, vivemos uma situação lastimável, visto que um hospital como esse, bem construído e equipado, com um corpo clínico fantástico, tem, sistematicamente, visto serem negados os pedidos feitos pelos pacientes à Secretaria Municipal de Saúde, para a autorização de guias de tratamento de radioterapia e quimioterapia, sob a alegação de que o teto já estourou. Venho trabalhando, regularmente, para que isso não aconteça, mas, infelizmente, temos percebido que algumas partes da engrenagem não estão funcionando bem.

Para que aqueles que me acompanham entendam melhor o que quero dizer, devo ressaltar que, desde o ano passado, venho lutando para que esse tipo de situação não aconteça. Aliás, marquei várias reuniões com a Secretaria de Estado de Saúde, tendo comparecido acompanhado do Secretário Municipal de Saúde de Divinópolis, dos dirigentes do Hospital do Câncer e do Hospital São João de Deus, e dos dirigentes da Acom.

Já no ano passado, o Secretário de Estado Marcus Pestana afirmava, de maneira clara e categórica, que a Prefeitura de Divinópolis podia autorizar todo tratamento de câncer que fosse justificado, para quimioterapia e radioterapia. Porque, mesmo extrapolando o teto previsto no planejamento e na pactuação integrada para Divinópolis, havia uma portaria da Secretaria de Estado e uma decisão do Governador Aécio Neves de que todo tratamento que excedesse aquele teto seria pago pelo governo do Estado. Portanto o Município foi avisado que podia autorizar, mas, sistematicamente, continuou colocando dificuldades, sob a alegação de que o Estado só paga, se o Município comprovar que gastou efetivamente o teto da plena. O teto da plena é o dinheiro para todos os procedimentos de saúde que o SUS deposita no fundo municipal todo mês. No caso de Divinópolis, que atende a uma região ampla, o volume é da ordem de R\$2.000.000,00 por mês, ou seja, R\$24.000.000,00 por ano. Trata-se de uma cifra considerável. Obviamente, em alguns casos, como o câncer, está previsto algo em torno de R\$350.000,00. Se esse valor for extrapolado e forem gastos R\$600.000,00, por exemplo, o Estado complementar os R\$250.000,00 gastos a mais. Portanto fiquei aliviado. Mas o Secretário Municipal começou a dizer que o Município não estava conseguindo comprovar que gastou os R\$2.000.000,00 com saúde pública. E o Município, além do dinheiro que recebe do SUS, deve aplicar 15% da Prefeitura. Mas, além de gastar o dinheiro com saúde pública, deve informar o SUS, sistematicamente, o que gastou. Essa é a regra do jogo na área pública, a transparência. Isso é gestão pública, que deve ser competente.

Na época, demos algumas sugestões ao Secretário sobre como deveria agir. O Secretário de Estado ofereceu consultoria para auxiliar o Município a documentar devidamente como estava gastando o dinheiro do SUS, para daí poder receber o extrateto. Ainda assim, a Prefeitura de Divinópolis continua insistindo em que não pode autorizar o tratamento do câncer, porque não tem dinheiro; mesmo havendo um extrateto liberado sem limites, que outros Municípios, como Belo Horizonte, utilizam e recebem do Estado.

Na terça-feira, novamente fomos à Secretaria de Estado, com os dirigentes do Hospital do Câncer de Divinópolis, e apelamos ao Secretário para que nos ajude, porque, infelizmente, o gestor municipal continua negando autorização de tratamento de câncer para os pacientes de Divinópolis, Bom Despacho, Dolores, Santo Antônio do Monte, Luz, enfim, da região. E não queremos que isso ocorra, porque se trata de uma doença que exige tratamento rápido.

O Secretário pegou uma publicação do jornal "Minas Gerais", de 24/7/2007, em que mostra que aquilo que o Município autorizou em março deste ano acima do teto, cerca de R\$240.000,00, já tinha sido pago ao Município de Divinópolis. Portanto provou claramente o que já tinha dito: que era possível atender acima do teto. Ele não apenas disse, mas provou que aquilo que o Município atendeu acima do teto foi pago. Portanto, Deputado Getúlio, às vezes a tribuna da Assembléia deve ser usada para fazer um alerta. Hoje, disse isso na imprensa de Divinópolis. Com todo o respeito ao gestor municipal, que é bem-intencionado, sem dúvida, mas está faltando competência. Há dinheiro público para se tratar o câncer, há autorização para se tratar e receber o adicional em seguida, mas, sistematicamente, nega-se ao paciente a autorização para fazer a radioterapia e a quimioterapia.

Não quero, com isso, esgotar o assunto. Portanto informo também que, nessa mesma reunião, fiz uma solicitação ao Secretário de Estado, que chamou prontamente o Secretário Adjunto, Dr. Antônio, médico, profundo conhecedor do SUS.

Provavelmente, na próxima semana, faremos uma reunião técnica. Obviamente, procuraremos contar com a presença do gestor municipal e do representante da regional de saúde, que, aliás, estava presente na reunião de terça-feira, como em várias outras. Mais uma vez, ele confirmou o que o Secretário disse.

Como Deputado, tenho cobrado do Secretário Municipal mudar alguma sistemática da burocracia municipal, para fazer com que esse dinheiro chegue ao Município, o que, às vezes, não é tão difícil. Difícil é ter gente competente para usá-lo adequadamente.

Sr. Presidente, em 2005, o Governador Aécio Neves visitou Divinópolis e anunciou uma parceria do Pró-Hosp com o Hospital São João de Deus.

O Pró-Hosp já liberou alguns milhões para o Hospital São João de Deus e, nesta semana, liberará mais R\$1.000.000,00, que serão depositados na conta da Prefeitura, para a ampliação do número de leitos do SUS. Trata-se, portanto, de um programa do governo do Estado para a melhoria do atendimento da saúde no interior.

Naquela ocasião, aproveitando a visita do Governador, pedi-lhe que, além do Pró-Hosp, celebrasse um convênio com a Prefeitura de Divinópolis para melhorar o Pronto-Socorro e o Serviço de Referência em Saúde Mental - Sersam. Não havia esse serviço na cidade, sendo ali implantado, da mesma forma que o Pronto-Socorro, por mim, quando Prefeito. E, depois disso, não recebeu nenhum investimento. Queríamos recursos para reformar a sua estrutura.

Atendendo o nosso pedido, o Governador determinou a assinatura de um convênio da ordem de R\$1.000.000,00. Para ser bem preciso, foram dois convênios: um de R\$749.000,00, para reformar e melhor equipar o Pronto-Socorro municipal; e outro de R\$250.000,00, para melhorar o Sersam e fazer uma pequena reforma no posto de saúde de Santo Antônio dos Campos, antiga Ermida, distrito de Divinópolis, que também precisava de investimentos.

Esse dinheiro foi depositado na conta da Prefeitura de Divinópolis, no período de maio a junho de 2006, ou seja, há mais de um ano. Está depositado, não empenhado. Mas, infelizmente, até hoje, não se moveu uma palha em termos de obras. O Pronto-Socorro não foi reformado, nem o Sersam, nem o posto de saúde. O Secretário disse que teve de mudar o projeto, portanto, sofre o paciente, que precisa de atendimento mais qualificado. Apesar de o dinheiro poder ter sido aplicado, a construção civil acaba tendo maior correção. E o banco sempre faz o jogo de ganhar às custas do aplicador, oferecendo taxas bem reduzidas, enquanto, muitas vezes, o custo da obra cresce mais.

Tenho tido muita prudência. É a primeira vez que uso esta tribuna para falar de um grave assunto do meu Município, Divinópolis, destacando a necessidade de se reverem os mecanismos de gestão pública. Nunca quis falar nesses termos, para não dizerem que estou fazendo política contra a administração municipal. Não faço isso. Mas, se você não denuncia, continuam trabalhando mal; não atendendo o portador de câncer, que tem o direito de ser atendido - há dinheiro público para isso -; e reclamando do governo do Estado, como fez o Líder do Prefeito de Divinópolis, nesta semana, na Câmara Municipal, sem saber do que dizia ou fazendo um mero jogo político, como entendo.

Quando se faz uma crítica com fundamentos técnicos, baseando-se na verdade, trata-se de uma crítica saudável. E é uma crítica saudável que dirijo ao gestor municipal, que, sabendo existir o extrateto, não procurou adequar a sua atividade, a sua burocracia, para recebê-lo. Ele não soube disso nesta semana, mas há um ano. O gestor, tendo o dinheiro na conta para fazer os investimentos de saúde, há um ano, não os faz. Portanto, isso tem de ser denunciado não como uma política de disputa ou de perseguição, porque não é do meu estilo, mas como uma política corajosa, clara e objetiva em defesa do cidadão de Divinópolis e da região do Centro-Oeste mineiro, que está sendo prejudicado injustamente. O Município da cidade vizinha manda o paciente para ser tratado lá, e o Secretário Municipal simplesmente informa que a cota acabou. Aí, ele manda o paciente para Belo Horizonte, onde a cota também acabou, mas aqui o paciente será atendido. Por quê? Porque Belo Horizonte sabe que pode receber a extracota do câncer, o extrateto.

Divinópolis também sabe disso, só não está tendo competência para operacionalizar a situação. Em hora nenhuma digo que há dolo ou má-fé, mas a incompetência é algo tão ruim na vida pública quanto as outras coisas às quais prefiro não me referir. A incompetência também lesa o cidadão, faz com que o dinheiro público não seja devidamente aplicado.

Portanto, deixo o registro de que continuarei trabalhando para que esse problema do Hospital do Câncer de Divinópolis, que é do Centro-Oeste mineiro, cuja obra atende a milhares de pessoas e já salva milhares de vidas, possa efetivamente atender bem - como já o faz -, mas atender a todos. Esse problema ocorre não por culpa do hospital ou dos médicos que lá trabalham, que são bons profissionais, mas porque o gestor municipal nega guia de atendimento, e faz isso na contramão da história, pois poderia receber, como recebeu algumas vezes, o extrateto que o governo do Estado se prontificou a pagar.

Continuarei lutando até que consigamos resolver isso definitivamente. Na semana passada, numa reunião realizada aqui, conseguimos, em parceria com o Hospital São João de Deus, avançar numa solução para a parte de oftalmologia. Há pouco mais de um ano, conseguimos credenciar o Hospital São João de Deus, que estava atendendo bem as cirurgias de catarata e os casos de glaucoma. De repente, de alguns meses para cá, o hospital parou de atender nesses procedimentos. Obviamente, a secretaria de Estado reclamou e disse que só liberava o Pró-Hosp para o Hospital São João de Deus se normalizasse o atendimento oftalmológico.

Realizamos uma reunião. A oftalmologia do Hospital São João de Deus voltará a atender adequadamente, e o dinheiro do Pró-Hosp será depositado nesta semana. São mais de R\$1.000.000,00 e algo em torno de trezentos e poucos mil reais por mês para reforçar a estrutura desse importante hospital. A próxima meta: o hospital ampliar mais 31 leitos com esse dinheiro do Pró-Hosp.

Obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me por ter-me alongado um pouco. A matéria de saúde é extremamente relevante, mas foi também relevante a sua generosidade e compreensão.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 13/8/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Eros Biondini

exonerando Cristiane Maria Vida do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Gisele de Oliveira Conde do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Cristiane Maria Vida para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Gisele de Oliveira Conde para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Patrícia Almeida do Nascimento Muratori para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Roberto Vieira de Carvalho, matrícula 5922-6, no período de 13/8/2007 a 22/8/2007.

Mesa da Assembléia, 17 de agosto de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Itabira. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 24 meses a partir de 16/4/2007. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/8/2007

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 10/8/2007, na pág. 57, col. 1, sob o título "OFÍCIOS", no resumo do ofício enviado pelo Sr. Djalma Bastos Morais, onde se lê:

"Requerimentos nºs 677, 827 e 852/2007", leia-se:

"Requerimentos nºs 676, 827 e 852/2007".